EMPRESAS

Constituição de Associação n.º 567/2006 de 28 de Abril de 2006

CENTRO COMUNITÁRIO DO POSTO SANTO

Anabela da Costa Gil de Moraes Sarmiento, notária com Cartório, sito na Rua de Santo Espírito, 20 e 22, freguesia de Sé, cidade e município de Angra do Heroísmo, certifico narrativamente, para efeitos de publicidade, que por escritura celebrada no dia 8 de Fevereiro de 2006, lavrada de fls. 34 a fls. 45 verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º 21-A, do mencionado Cartório, foi constituída uma instituição particular de solidariedade social, sem finalidade lucrativa, sob a forma de associação de solidariedade social, com a denominação de CENTRO COMUNITÁRIO DO POSTO SANTO, com sede na Rua do Sobreiro, 12, freguesia de Posto Santo, concelho de Angra do Heroísmo, que reger-se-á pelos estatutos que se seguem:

CAPÍTULO I

Denominação, sede, natureza, âmbito e fins

Artigo 1.º

O CENTRO COMUNITÁRIO DO POSTO SANTO é uma instituição particular de solidariedade social, com sede na Rua do Sobreiro, 12, freguesia de Posto Santo, concelho de Angra do Heroísmo, cujo âmbito abrange a freguesia de Posto Santo do concelho de Angra do Heroísmo.

Artigo 2.º

O Centro Comunitário do Posto Santo tem por objectivo o apoio a idosos e crianças, apoio à integração social e comunitária, apoio à família, protecção dos cidadãos na velhice e em todas as situações de carência económicas; educação e formação profissional dos cidadãos, todas as actividades de interesse social.

Artigo 3.º

Para a realização dos seus objectivos a associação, propõe-se criar e manter as seguintes actividades:

- a) Centro de convívio para idosos;
- b) Sensibilizar a opinião pública no que toca aos problemas das crianças ou jovens, nomeadamente as que se encontram carenciadas, em risco e perturbações sociais;
- c) Promover o apoio às crianças e jovens através de acções de intervenção directa;

- d) Estimular, promover e apoiar acções de solidariedade social que visem a melhoria de condições de vida das crianças ou jovens e a sua adequada inserção na comunidade;
- e) Estimular, promover e apoiar iniciativas de âmbito social, cultural, recreativo e desportivo, que visem o desenvolvimento da personalidade das crianças e ou jovens e integração destes na sociedade;
- f) Cooperar com entidades públicas e privadas na definição de uma política de protecção e apoio das crianças e jovens;
- g) Promover acções de formação e treino a profissionais ligados a esta área.

Artigo 4.º

A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividade da associação constarão de regulamentos internos elaborados pela direcção.

CAPÍTULO II

Dos associados

Artigo 5.º

Podem ser associados pessoas singulares maiores de dezoito anos e as pessoas colectivas.

Artigo 6.º

Os associados podem ser em número ilimitado e têm as seguintes categorias:

- a) Efectivos;
- b) Entidades associadas;
- c) Honorários.

Artigo 7.º

1 - São associados efectivos as pessoas singulares, que sejam admitidas pela direcção sob proposta de dois associados.

2 - Os associados tem de colaborar na realização dos fins da associação, obrigando-se ao pagamento de uma jóia e quota mensal em dinheiro, nos montantes a fixar pela assembleia geral.

Artigo 8.º

São entidades associadas, as pessoas colectivas admitidas pela direcção mediante proposta de dois associados.

Artigo 9.º

São associados honorários, as pessoas que, através de serviços ou donativos, dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da instituição, como tal reconhecida e proclamada pela assembleia geral.

Artigo 10.º

A qualidade de associados, prova-se pela inscrição no livro respectivo que a associação obrigatoriamente possuirá.

Artigo 11.º

São direitos dos associados:

- a) Participar nas reuniões da assembleia geral;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
- c) Requerer a convocação da assembleia geral extraordinária nos termos do n.º 3 do artigo 30.º;
- d) Propor a admissão de associados.

Artigo 12.º

São deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas;
- b) Comparecer às reuniões da assembleia geral;
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentares e as deliberações dos corpos gerentes;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.

Artigo 13.º

1 - Os associados que violarem os deveres estabelecidos no artigo 12.º ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão até trezentos e sessenta dias;
- c) Expulsão.

2 - São expulsos os associados que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a associação. Para o efeito da expulsão, a direcção tomará a respectiva decisão, mediante processo disciplinar, que após concluído será remetido à assembleia geral para tomada de decisão.

3 - As sanções previstas nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 são da competência da direcção.

4 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 só se efectivarão mediante audiência obrigatória do associado.

5 - A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

Artigo 14.º

1 - Os associados efectivos só podem exercer os direitos referidos no artigo 11.º se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.

2 - Os associados efectivos que tenham sido admitidos há menos de seis meses não gozam dos direitos referidos nas alíneas *b)* e *c)* do artigo 11.º, podendo assistir às reuniões da assembleia geral mas sem direito de voto.

Artigo 15.º

A qualidade de associado não é transmissível, quer por acto entre vivos, quer por sucessão.

Artigo 16.º

1 - Perdem a qualidade de associado:

- a)* Os que pedirem a sua exoneração;
- b)* Os que deixarem de pagar as suas quotas durante três meses;
- c)* Os que forem demitidos nos termos do n.º 2 do artigo 13.º.

2 - No caso previsto na alínea *b)* do número anterior considera-se eliminado o associado que tendo sido notificado pela direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso o não faça no prazo de um mês.

Artigo 17.º

O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à associação não tem direito a reaver as quotizações que hajam pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.

Artigo 18.º

Os associados que perderem essa qualidade, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 13.º, poderão ser readmitidos, passado um período de seis meses, regularizada que seja a situação em falta.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

Secção I

Disposições gerais

Artigo 19.º

1 - São órgãos sociais da associação, a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Artigo 20.º

O exercício de qualquer cargo nos órgãos sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas, devendo em tal caso solicitar-se autorização prévia à direcção.

Artigo 21.º

1 - A duração do mandato dos órgãos sociais é de três anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano de cada triénio.

2 - O mandato inicia-se após o acto eleitoral, com a tomada de posse perante o presidente da mesa da assembleia geral cessante ou seu substituto, que deverá ter lugar na 1.ª quinzena do ano civil imediato ao das eleições.

Artigo 22.º

1 - Em caso de vacatura dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês, e automaticamente será tomada a posse.

2 - O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior, coincidirá com o dos inicialmente eleitos:

Artigo 23.º

1 - Os órgãos sociais são convocados pelos seus presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2 - As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de qualidade.

3 - As votações respeitantes às eleições dos órgãos sociais ou assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

4 - Os membros dos órgãos sociais são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.

5 - Além dos motivos previstos na lei geral, os membros dos órgãos sociais ficam exonerados de responsabilidade se:

a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediatamente em que se encontrarem presentes;

b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.

Artigo 24.º

1 - Os membros dos órgãos sociais não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes ou equiparados.

2 - Os membros dos órgãos sociais não podem contratar directamente ou indirectamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a associação.

3 - Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das actas das reuniões do respectivo corpo gerente.

Artigo 25.º

1 - Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da assembleia geral em caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião, mediante carta dirigida ao presidente da mesa, com a assinatura notarialmente reconhecida mas, cada associado, não poderá representar mais de um associado.

2 - É admitido o voto por correspondência sob condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e a assinatura se encontrar reconhecida notarialmente.

Artigo 26.º

Das reuniões dos órgãos sociais serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes, ou quando respeitem a reuniões da assembleias geral, pelos membros da respectiva mesa.

CAPÍTULO II

Da assembleia geral

Artigo 27.º

1 - A assembleia geral é constituída por todos os associados admitidos há pelo menos seis meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.

2 - A assembleia geral é dirigida pela respectiva mesa, que se compõe de um presidente, um vice-presidente e um secretário.

3 - Haverá simultaneamente um suplente que se tomará efectivo quando se der uma vaga.

4 - Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 28.º

Compete à mesa da assembleia geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da assembleia, representá-la e designadamente:

Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recursos nos termos legais.

Artigo 29.º

Compete à assembleia geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros efectivos e suplentes da respectiva mesa, da direcção e do conselho fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;
- f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por actos praticados no exercício das suas funções;
- g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

Artigo 30.º

1 - A assembleia geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

2 - A assembleia geral reunirá ordinariamente:

a) No final de cada mandato, durante o mês de Dezembro, para eleição dos corpos gerentes;

b) Até 31 de Março de cada ano para discussão e votação do relatório de contas da gerência do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal;

c) Até 15 de Novembro de cada ano para apreciação e votação do orçamento e programa de acção para o ano seguinte.

3 - A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, a pedido da direcção ou do conselho fiscal, ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 31.º

1 - A assembleia geral deve ser convocada com pelo menos quinze dias de antecedência, pelo presidente da mesa ou pelo seu substituto, nos termos do artigo anterior.

2 - A convocatória é feita pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada associado e deverá ser afixada na sede da associação e noutros locais de acesso público, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.

3 - A convocação da assembleia geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.

Artigo 32.º

1 - A assembleia geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou uma hora depois com qualquer número de associados presentes.

2 - A assembleia geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes $\frac{3}{4}$ dos requerentes.

Artigo 33.º

1 - Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.

2 - As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas e), f) e g) do artigo 29.º, só serão válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos 2/3 dos votos expressos, com excepção da dissolução da associação, a qual terá de ser aprovada por ¾ dos votos de todos os associados.

3 - No caso da alínea e) do artigo 29.º, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número mínimo de associados, igual ao dobro dos órgãos sociais, se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 34.º

São anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados devidamente na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento, sem prejuízo do disposto no artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

Secção III

Da direcção

Artigo 35.º

1 - A direcção da associação é constituída por cinco membros, dos quais um presidente, dois vice-presidentes, um secretário, e um tesoureiro.

2 - Os vice-presidentes serão designadamente:

a) Um vice-presidente para a infância e juventude;

b) Um vice-presidente para os idosos.

3 - Haverá simultaneamente dois suplentes, que se tornarão efectivos sempre que houver vagas.

4 - Os suplentes poderão assistir às reuniões da direcção mas sem direito a voto.

Artigo 36.º

Compete à direcção gerir a associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;

b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal o relatório e contas da gerência, bem como o orçamento e plano de actividades para o ano seguinte;

c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;

- d) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da associação;
- e) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação.

Artigo 37.º

Compete ao presidente da direcção:

- a) Superintender na administração da associação, orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da direcção, dirigindo os respectivos trabalhos;
- c) Representar a associação em juízo ou fora dele;
- d) Assinar e rubricar os termos da abertura e encerramento e rubricar o livro de actas da direcção;
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da direcção na 1.ª reunião seguinte.

Artigo 38.º

Compete ao secretário:

- a) Lavrar as actas das reuniões da direcção e superintender nos serviços de expediente referentes ao secretariado;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da direcção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados.

Artigo 39.º

Compete ao tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e despesa;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o presidente;
- d) Apresentar mensalmente à direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

Artigo 40.º

A direcção reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do presidente, pelo menos duas vezes por mês.

Artigo 41.º

1 - Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da direcção, sendo obrigatória, a do presidente, ou na sua falta de quem o substituir.

2 - Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.

3 - Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da direcção.

Secção IV

Do conselho fiscal

Artigo 42.º

1 - O conselho fiscal é composto por três membros, dos quais um presidente, um vice-presidente e um secretário.

2 - Haverá simultaneamente um suplente que se tomará efectivo quando se de der uma vaga.

3 - No caso de vacatura do cargo de presidente será o mesmo preenchido pelo vice-presidente, este pelo secretário e este pelo suplente.

Artigo 43.º

Compete ao conselho fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos e designadamente:

a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da instituição sempre que o julgue conveniente;

b) Assistir ou fazer -se representar por um dos seus membros às reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente;

c) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação.

Artigo 44.º

O conselho fiscal pode solicitar à direcção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

Artigo 45.º

O conselho fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocatória do presidente e obrigatoriamente pelo menos uma vez por cada ano.

CAPÍTULO V

Disposições diversas

Artigo 46.º

São receitas da associação:

- a) O produto das jóias e quotas dos associados;
- b) As participações dos utentes;
- c) Os rendimentos de bens próprios;
- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- e) Os subsídios do estado, ou de organismos oficiais;
- f) Os donativos e produtos de festas e subscrições;
- g) Outras receitas.

Artigo 47.º

1 - No caso de extinção da associação competirá à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, e será eleita pela assembleia geral, ou designada pela entidade que a decretar uma comissão liquidatária.

2 - Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social quer à ultimização dos negócios pendentes.

Artigo 48.º

Nos casos omissos aplica-se a legislação em vigor, sem prejuízo da assembleia geral deliberar sobre a matéria de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 49.º

Enquanto a assembleia geral não proceder à eleição dos órgãos sociais, nos termos estatutários a associação será dirigida por uma comissão instaladora.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Angra do Heroísmo, 13 de Fevereiro de 2006. - A Notária, *Anabela da Costa Gil de Morais Sarmento*.